



São Paulo, 26 de agosto de 2021.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/20, o Grupo esta disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2021.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial Consolidado – Conglomerado Prudencial;
- Demonstração Consolidada do Resultado – Conglomerado Prudencial;
- Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente – Conglomerado Prudencial;
- Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido – Conglomerado Prudencial;
- Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa – Conglomerado Prudencial;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Consolidadas Financeiras – Conglomerado Prudencial;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2021 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico do Banco (<https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 27 de agosto 2021.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

JÖRG MICHAEL PAPE
Presidente - Comitê de auditoria

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Volkswagen S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Desde meados do primeiro trimestre de 2020, trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em Junho de 2021. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil, Ducati do Brasil e a partir do segundo semestre de 2021, Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 25,0 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 20,9 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 23ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 64,8% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 62,4% no segmento de caminhões e ônibus e 65,3% no segmento de automóveis.
- Sólida presença no mercado de capitais mesmo em um mercado volátil como o atual: nona oferta pública de Letras Financeiras no valor de R\$ 750 milhões. A emissão foi a segunda em duas séries, de 2 e 3 anos, e ela atingiu uma demanda de 2,83 vezes maior que a oferta.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 15,1% em 30 de junho de 2021.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2021 concentraram 90% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

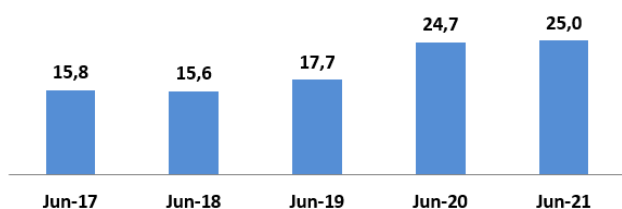
Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

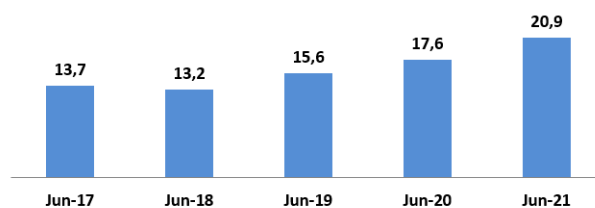
Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.

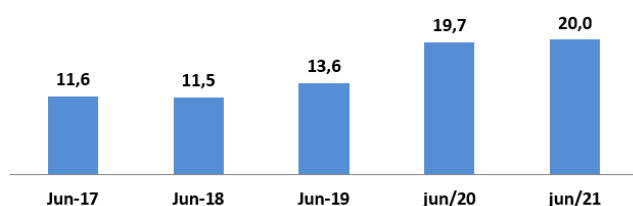
TOTAL DE ATIVOS
(R\$ bilhões)



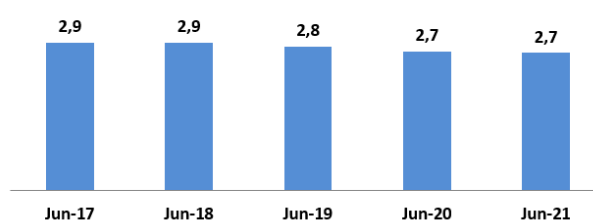
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO
(R\$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial Consolidado – Conglomerado Prudencial.....	8
Demonstração Consolidada do Resultado – Conglomerado Prudencial	10
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente – Conglomerado Prudencial	11
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido – Conglomerado Prudencial.....	12
Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa – Conglomerado Prudencial.....	13
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Consolidadas Financeiras – Conglomerado Prudencial.....	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 30 de junho de 2021, a carteira de operações de crédito era de R\$ 20.871.073 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 667.264 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Volkswagen S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 02/02 do Bacen e na Resolução nº 4.818/20 do CMN. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de reais

ATIVO

	2021	2020
CIRCULANTE	11.668.799	11.195.265
Disponibilidades (Nota 3)	376	286
Instrumentos Financeiros	11.079.934	11.051.016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.136.403	1.708.550
Relações interfinanceiras (Nota 3)	29	30
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	156.965	175.790
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	9.113	787
Operações de crédito (Nota 6)	9.209.383	8.496.987
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	568.041	668.872
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	25.320	26.409
Arrendamentos financeiros	25.320	26.337
Arrendamentos operacionais	-	72
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (f))	(205.211)	(199.885)
Operações de crédito	(201.397)	(196.101)
Operações de arrendamento mercantil	(894)	(440)
Outros créditos	(2.920)	(3.344)
Outros ativos (Nota 7)	768.380	317.439
NÃO CIRCULANTE	13.331.933	12.081.354
Instrumentos Financeiros	11.065.111	9.834.707
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	18.831	-
Operações de crédito (Nota 6)	11.046.280	9.834.707
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	21.460	27.579
Arrendamentos financeiros	21.460	27.579
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (f))	(462.053)	(432.856)
Operações de crédito	(461.531)	(432.393)
Operações de arrendamento mercantil	(522)	(463)
Ativos fiscais diferidos (Nota 19 (a))	1.466.991	1.442.306
Outros ativos (Nota 7)	1.205.092	1.175.057
Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))	1.919	4.290
Imobilizado de uso (Nota 8)	18.197	17.362
Intangível (Nota 9)	69.794	65.450
Depreciações e amortizações	(54.578)	(52.541)
Imobilizado de uso (Nota 8)	(10.560)	(9.454)
Intangível (Nota 9)	(44.018)	(43.087)
TOTAL DO ATIVO	25.000.732	23.276.619

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2021	2020
CIRCULANTE	14.093.633	14.470.791
Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.048.631	13.490.922
Recursos de instituição financeira (Nota 10)	2.143.230	2.110.398
Recursos de clientes (Nota 11)	6.169.144	6.278.506
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	4.460.296	4.777.146
Dívidas subordinadas (Nota 13)	176.500	145.637
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	508	21.939
Outros passivos financeiros	98.953	157.296
Outros passivos (Nota 16)	1.045.002	979.869
NÃO CIRCULANTE	8.205.355	5.927.491
Depósitos e demais instrumentos financeiros	6.788.337	4.436.514
Recursos de instituição financeira (Nota 10)	500.597	768.727
Recursos de clientes (Nota 11)	1.700.560	699.675
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	2.684.955	1.011.826
Dívidas subordinadas (Nota 13)	1.848.368	1.846.364
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	2.438	866
Outros passivos financeiros	51.419	109.056
Provisões (Nota 14)	1.187.272	1.194.603
Outras provisões	1.187.272	1.194.603
Passivos fiscais diferidos (Nota 19 (b))	169.037	169.380
Outros passivos (Nota 16)	60.709	126.994
Patrimônio líquido (Nota 17)	2.701.744	2.878.337
Capital social	1.307.883	1.307.883
Reservas de lucros	1.301.681	1.580.860
Outros resultados abrangentes	(12.425)	(10.406)
Lucros acumulados	104.605	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.000.732	23.276.619

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.517.080	1.360.080
Operações de crédito	1.497.817	1.316.187
Operações de arrendamento mercantil	3.746	7.539
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.881	43.320
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(15.708)	(13.424)
Operações de venda de ativos financeiros	13.344	6.458
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(381.588)	(407.460)
Operações de captação no mercado	(271.296)	(332.488)
Operações de empréstimos e repasses	(110.292)	(74.972)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.135.492	952.620
DESPESAS DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA (Nota 6 (f))	(261.119)	(501.529)
Operações de crédito	(260.922)	(506.914)
Operações de arrendamento mercantil	(622)	220
Outros créditos	425	5.165
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	874.373	451.091
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(433.197)	(264.573)
Receitas de prestação de serviços(Nota 22 (g))	69.198	69.765
Rendas de tarifas bancárias (Nota 22 (h))	51.449	42.642
Despesas de pessoal	(1.533)	(1.869)
Outras despesas administrativas (Nota 22 (c))	(172.387)	(161.085)
Despesas tributárias	(53.634)	(48.559)
Outras receitas operacionais (Nota 22 (d))	90.633	100.386
Outras despesas operacionais (Nota 22 (e))	(416.923)	(265.853)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(18.943)	(25.260)
Fiscais	(17.720)	(14.792)
Cíveis	(3.128)	(9.809)
Trabalhistas	1.905	(659)
RESULTADO OPERACIONAL	422.233	161.258
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	422.233	161.258
Imposto de renda (Nota 19 (c))	(108.294)	(37.836)
Contribuição social (Nota 19 (c))	(77.513)	(16.758)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	236.426	106.664
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$	0,76	0,34

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do semestre	236.426	106.664
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(2.019)	(3.657)
Hedge de fluxo de caixa (Nota 5)	(3.671)	(7.647)
Hedge de fluxo de caixa – efeitos tributários (Nota 5)	1.652	3.990
Total do resultado abrangente	<u>234.407</u>	<u>103.007</u>
Atribuível a:		
Acionistas do Grupo	234.407	103.007
Participação dos não controladores	-	-

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Capital social realizado	Reserva de lucros			Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal				
Em 31 de dezembro de 2019	1.307.883	18.515	-	209.813	1.097.467	(6.589)	-	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.657)	-	(3.657)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	106.664	106.664
Destinações:								
Reserva legal	-	-	-	5.333	-	-	(5.333)	-
Em 30 de junho de 2020	<u>1.307.883</u>	<u>18.515</u>	<u>-</u>	<u>215.146</u>	<u>1.097.467</u>	<u>(10.246)</u>	<u>101.331</u>	<u>2.730.096</u>
Em 31 de dezembro de 2020	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	-	2.878.337
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(2.019)	-	(2.019)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	236.426	236.426
Destinações:								
Dividendos pagos (R\$ 0,93/ação) AGE 22/03/21	-	-	(291.000)	-	-	-	-	(291.000)
Dividendos pagos (R\$ 0,38/ação) AGE 31/03/21	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Reserva legal	-	-	-	11.821	-	-	(11.821)	-
Em 30 de junho de 2021	<u>1.307.883</u>	<u>18.515</u>	<u>-</u>	<u>239.471</u>	<u>1.043.695</u>	<u>(12.425)</u>	<u>104.605</u>	<u>2.701.744</u>

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	236.426	106.664
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciações e amortizações (Nota 22 (c))	2.037	3.418
Receita de juros - atualização de contrato de mútuo	(1.937)	(2.664)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (f))	261.119	501.529
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	89.978	88.672
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	(47.016)	16.526
Provisões/(reversões) para outros passivos e ativos	(14.014)	(20.870)
Recursos de consorciados - grupos encerrados	(3.246)	(2.121)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 15 (b))	45.203	54.811
Tributos diferidos	(23.376)	(179.564)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	<u>545.174</u>	<u>566.401</u>
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	16.806	(13.055)
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(2.140.987)	(259.446)
Redução (aumento) em outros ativos	(65.094)	609.566
Imposto de renda e contribuição social pagos	(309.516)	(312.821)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	<u>(2.498.791)</u>	<u>24.244</u>
Aumento em depósitos e demais instrumentos financeiros	2.012.502	3.939.343
Aumento (redução) em outros passivos	(55.983)	(81.759)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	<u>1.956.519</u>	<u>3.857.584</u>
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>2.902</u>	<u>4.448.229</u>
Aquisição de imobilizado de uso	(835)	-
Aquisição de intangível	(4.344)	(2.809)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(5.179)</u>	<u>(2.809)</u>
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(57.113)	(82.471)
Dividendos pagos	(512.668)	(539.105)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(569.781)</u>	<u>(621.576)</u>
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(572.058)</u>	<u>3.823.844</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.708.866	831.535
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 3)	1.136.808	4.655.379
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(572.058)</u>	<u>3.823.844</u>

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (o “Banco”) e demais entidades do conglomerado prudencial (conjuntamente, o “Grupo”) estão autorizados a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a partir do segundo semestre de 2021, a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

Em 2020, o Banco ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

O Banco é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em 26 de agosto de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil do Grupo. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*). As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(b) Consolidação

Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas a partir das demonstrações da instituição líder, o Banco, baseando-se em técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, incluem as empresas abaixo, sobre as quais o Banco detém controle direto ou indireto.

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. - CNVW, empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,9999996%, sendo assim controle direto.

Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

	Em 30 de junho de 2021			Total do passivo e patrimônio líquido		Lucro líquido do 1º semestre
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	
Banco	24.894.303	22.192.559	2.701.744	24.894.303	24.894.303	236.426
CNVW	641.978	307.559	334.419	641.978	641.978	34.285
FIDC	176.743	802	175.941	176.743	176.743	1.026
Eliminações	(712.292)	(201.932)	(510.360)	(712.292)	(712.292)	(35.311)
Consolidado	25.000.732	22.298.988	2.701.744	25.000.732	25.000.732	236.426

	Em 31 de dezembro de 2020			Total do passivo e patrimônio líquido		Lucro líquido do 1º semestre
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	
Banco	23.551.412	20.673.075	2.878.337	23.551.412	23.551.412	106.664
CNVW	1.008.485	296.351	712.134	1.008.485	1.008.485	41.640
FIDC	308.540	2.095	306.445	308.540	308.540	5.319
Eliminações	(1.591.818)	(573.239)	(1.018.579)	(1.591.818)	(1.591.818)	(46.959)
Consolidado	23.276.619	20.398.282	2.878.337	23.276.619	23.276.619	106.664

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(e) Instrumentos Financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a “hedge” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(ii) destinados a “hedge” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “hedge” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 4) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 5).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

IV – Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade registrado no ativo, no Balanço patrimonial classificado em “Operações de crédito” e a posição de obrigações por operações de transferência de ativos financeiros classificado no Balanço patrimonial como “Outros passivos financeiros”. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

(f) Operações de arrendamento mercantil

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidas.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e retornou à alíquota de 15% em janeiro de 2019.

Em atendimento a Emenda Constitucional nº 103/19, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022. A administração apurou os impactos desta alteração de alíquota e julgou que os mesmos são imateriais para fins de alteração das estimativas contábeis.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 19).

(i) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(j) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

(k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do Grupo, exceto ativos fiscais diferidos, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(m) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 10, 11, 12 e 13).

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(o) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 16).

(p) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

O Grupo apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o semestre (Nota 18).

(q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas do Grupo e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Grupo e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna do Grupo.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 22 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total disponibilidades	376	286
Disponibilidades	376	286
Total aplicações no mercado aberto	918.089	1.451.429
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.989	127.209
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.309.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	868.100	14.577
Total aplicações em depósitos interfinanceiros	218.314	257.121
Pós-fixado DI	218.314	257.121
Total relações interfinanceiras	29	30
Relações com correspondentes no país	29	30
	<u>1.136.808</u>	<u>1.708.866</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 156.965 (2020 - R\$ R\$ 175.790), com liquidez imediata, sem vencimento e são classificados como disponíveis para venda. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, marcados a mercado. O valor de mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nacional	30 de junho			
		Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	149.971	190	-	-	3.456
Swap - DI X Pré	149.971		(199)		(3.700)
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	5.293.315	27.754	(2.747)	(12.425)	(15.464)
		<u>27.944</u>	<u>(2.946)</u>	<u>(12.425)</u>	<u>(15.708)</u>
Circulante		9.113	(508)		
Não circulante		18.831	(2.438)		

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

Tipo	Valor nocional			31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2020
		Ativo	(Passivo)	Patrimônio líquido	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	265.971	787	-	-	7.301
Swap – DI x Pré	265.971	-	(879)	-	(6.294)
Swap de variação de taxa de hedge de fluxo de caixa	4.023.951	-	(21.926)	(10.406)	(14.431)
		787	(22.805)	(10.406)	(13.424)
Circulante		787	(21.939)		
Não Circulante		-	(866)		

Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI).

Em 30 de junho de 2021 o valor nocional é de R\$ 5.293.315 (2020 – R\$ 4.023.951), com prazos de vencimentos entre 2021 até junho de 2024. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 12.425 (2020 – R\$ 10.406).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020
Operações de crédito	20.255.663	18.331.694
Operações de arrendamento mercantil financeiro	46.780	53.916
Operações de arrendamento mercantil operacional (i)	589	1.343
Outros créditos - títulos e créditos a receber	568.041	668.872
	20.871.073	19.055.825

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ Nil - (2020 – R\$ 72) e imobilizado de arrendamento R\$ 1.919 (2020 – R\$ 4.290).

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2021					
Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	3.951.495	3.951.495	1.540
A	-	-	12.835.893	12.835.893	65.679
B	186.587	18.926	1.837.122	2.042.635	20.488
C	195.649	10.825	742.085	948.559	28.468
D	116.177	10.581	215.149	341.907	34.239
E	67.734	7.724	72.790	148.248	44.475
F	82.893	9.357	130.292	222.542	111.271
G	47.684	8.383	6.231	62.298	43.608
H	216.513	57.830	43.153	317.496	317.496
	<u>913.237</u>	<u>123.626</u>	<u>19.834.210</u>	<u>20.871.073</u>	<u>667.264</u>

2020					
Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	3.024.958	3.024.958	820
A	-	-	11.794.007	11.794.007	60.112
B	148.709	15.721	1.793.904	1.958.334	19.585
C	118.880	6.311	1.086.905	1.212.096	36.363
D	101.904	7.798	327.050	436.752	43.675
E	49.777	5.395	28.362	83.534	25.060
F	55.837	6.965	111.057	173.859	86.929
G	29.056	4.925	6.312	40.293	28.205
H	221.981	77.259	32.752	331.992	331.992
	<u>726.144</u>	<u>124.374</u>	<u>18.205.307</u>	<u>19.055.825</u>	<u>632.741</u>

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2021				
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total	
	Até 180 dias	216.374	5.185.786	5.402.160
De 181 a 360 dias	185.745	4.198.822	4.384.567	
Acima de 361 dias	511.118	10.422.472	10.933.590	
	<u>913.237</u>	<u>19.807.080</u>	<u>20.720.317</u>	
vencidos	De 01 a 14 dias	9.718	27.130	36.848
	De 15 a 60 dias	45.571	-	45.571
	De 61 a 180 dias	46.280	-	46.280
	De 181 a 360 dias	22.057	-	22.057
		<u>123.626</u>	<u>27.130</u>	<u>150.756</u>
	<u>1.036.863</u>	<u>19.834.210</u>	<u>20.871.073</u>	

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

			2020
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias	407.330	9.303.805	9.711.135
	<u>726.144</u>	<u>18.175.916</u>	<u>18.902.060</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	8.607	29.391	37.998
De 15 a 60 dias	35.585	-	35.585
De 61 a 180 dias	48.827	-	48.827
De 181 a 360 dias	31.355	-	31.355
	<u>124.374</u>	<u>29.391</u>	<u>153.765</u>
	<u>850.518</u>	<u>18.205.307</u>	<u>19.055.825</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020
Pessoas físicas	8.315.620	8.203.450
Outros serviços	7.009.072	6.171.676
Comércio	3.734.618	3.189.613
Indústria	1.274.207	1.073.338
Rural	78.354	68.453
Habitação	282.917	213.603
Intermediário financeiro	176.285	135.692
	<u>20.871.073</u>	<u>19.055.825</u>

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2021		2020	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	182	-	17	72
Bens arrendados	87.257	3.812	103.054	8.408
Depreciação acumulada de bens arrendados	(66.127)	(1.893)	(73.221)	(4.118)
Superveniência de depreciação	37.168	-	37.542	-
Perdas em arrendamento a amortizar	5.118	-	5.360	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(3.556)	-	(2.367)	-
Credores por antecipação de valor residual	(13.262)	-	(16.469)	-
	<u>46.780</u>	<u>1.919</u>	<u>53.916</u>	<u>4.362</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2026 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 34.683 (2020 - R\$ 38.617), sendo que desse total R\$ 13.262 (2020 - R\$ 16.469) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2021	2020	
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	632.741	658.220	658.220
Constituição de provisão	261.119	501.529	672.551
Baixas por utilização	(226.596)	(185.520)	(698.030)
Saldo final	<u>667.264</u>	<u>974.229</u>	<u>632.741</u>

Em 30 de junho, foram recuperados créditos no montante de R\$ 295.905 (2020 - R\$ 139.637). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 88.506 (2020 - R\$ 3.481.116) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 2.545.899 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 3.245.544).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

De acordo com critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.803/20, ficou permitido às instituições financeiras, a reclassificar, para o nível de provisão em que estavam classificados os clientes em 29 de fevereiro, as operações renegociadas no período de 1º de março até 31 de dezembro de 2020. O saldo destas operações em 30 de junho é de R\$ 1.942.261 (2020 - R\$ 2.564.128).

7. OUTROS ATIVOS

	2021	2020
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	928.464	903.104
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	353.788	217.347
Impostos e contribuições a compensar	634.742	320.820
Outros valores e bens	46.747	40.272
Despesas antecipadas	9.731	10.953
Total	<u>1.973.472</u>	<u>1.492.496</u>
Circulante	<u>768.380</u>	<u>317.439</u>
Não circulante	<u>1.205.092</u>	<u>1.175.057</u>

8. IMOBILIZADO DE USO

	Instalações, móveis equipamentos de uso	Total
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	6.288	6.288
Aquisições	3.276	3.276
Depreciação do período	(1.582)	(1.582)
Baixas	(74)	(74)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908
Custo	17.362	17.362
Depreciação acumulada	(9.454)	(9.454)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	7.908	7.908
Aquisições	835	835
Depreciação do período	(1.106)	(1.106)
Movimentação líquida em 30 de junho de 2021	7.637	7.637
Custo	18.197	18.197
Depreciação acumulada	(10.560)	(10.560)
Valor contábil líquido em 30 de junho de 2021	7.637	7.637

9. INTANGÍVEL

	Softwares	Custos de desenvolvimento de software gerados internamente	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	4.863	13.316	18.179
Aquisições	1.944	7.315	9.259
Amortização do período	(667)	(4.408)	(5.075)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	6.140	16.223	22.363
Custo	23.792	41.658	65.450
Amortização acumulada	(17.652)	(25.435)	(43.087)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	6.140	16.223	22.363
Aquisições	849	3.495	4.344
Amortização do período	(317)	(614)	(931)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2021	6.672	19.104	25.776
Custo	24.642	45.152	69.794
Amortização acumulada	(17.970)	(26.048)	(44.018)
Saldo contábil líquido em 30 de junho de 2021	6.672	19.104	25.776

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

10. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 2.643.827 (2020 - R\$ 2.879.125), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME"), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC,e;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 130,00% do DI (2020 - 100,00% a 130,30% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento:

	2021		2020	
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME	Depósitos interfinanceiros	Obrigações por repasses - FINAME
Até 90 dias	752.026	185.171	308.888	206.206
De 91 a 365 dias	808.207	397.826	1.093.228	502.076
De 1 a 3 anos	-	440.930	107.058	611.723
Acima de 3 anos	-	59.667	-	49.946
Total	1.560.233	1.083.594	1.509.174	1.369.951

11. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 116,0% do DI, (2020 - 96,0% a 130,0% do DI).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é composta como segue:

	2021	2020
Até 90 dias	2.691.608	2.107.062
De 91 a 365 dias	3.477.536	4.171.444
De 1 a 3 anos	1.672.771	664.832
Acima de 3 anos	27.789	34.843
Total	7.869.704	6.978.181

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pelo Banco, custodiadas na B3, com vencimento até maio de 2024, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI, (2020, com vencimento até novembro de 2023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 112,8% do DI).

Com a adesão ao SPB, em 2020, o Banco se tornou elegível à Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) e efetuou captação via Letra Financeira Garantida (LFG) junto ao Banco Central do Brasil. Em 30 de junho, do montante abaixo, R\$ 3.155.881 (2020 - R\$ 3.107.143), referem-se a essas operações e são indexados em 100% de Selic + 0,60% a.a.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Até 90 dias	943.364	695.401
De 91 a 365 dias	3.516.932	4.081.745
De 1 a 2 anos	2.684.955	1.011.826
	<u>7.145.251</u>	<u>5.788.972</u>

13. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Saldo	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Até 1 ano	66.388	57.047	176.500	145.637
De 1 a 3 anos	230.083	217.148	593.611	537.698
De 3 a 5 anos	189.425	178.813	475.744	432.664
Acima de 5 anos	366.957	421.636	779.013	876.002
	<u>852.853</u>	<u>874.644</u>	<u>2.024.868</u>	<u>1.992.001</u>

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,0% ao ano (2020 – 8,7% a 10,1% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho, o montante referente a esses passivos é de R\$1.255.661 (2020 – R\$1.255.827). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 22 (b)) do patrimônio de referência do Banco, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 667.625 (2020 – R\$ 717.876).

14. PROVISÕES

A composição das Provisões é demonstrada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 15)	1.187.185	1.194.517
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 22 (i))	87	86
	<u>1.187.272</u>	<u>1.194.603</u>
Não circulante	1.187.272	1.194.603

15. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2021	2020	2021	2020
Reclamações trabalhistas (Nota 15 (c))	84.035	87.428	20.945	20.779
Reclamações cíveis (Nota 15 (c))	248.811	291.665	38.888	75.110
Riscos fiscais (Nota 15 (c))	179.655	173.855	127.281	122.103
Obrigações legais (Nota 15 (c))	674.684	641.569	741.350	685.112
Total	1.187.185	1.194.517	928.464	903.104
Não circulante	1.187.185	1.194.517	928.464	903.104

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais		
	2021		2020
	1º semestre	1º semestre	Exercício
Saldo inicial	1.194.517	1.064.679	1.064.679
Constituição	66.462	106.717	236.455
Reversão	(68.347)	(61.613)	(99.757)
Baixa	(52.535)	(12.179)	(22.996)
Atualização monetária	47.088	9.707	16.136
Saldo final (ii)	1.187.185	1.107.311	1.194.517

(i) Refere-se, principalmente, a reversão de provisão para contingências.

(ii) O impacto na Demonstração de Resultado, classificados na rúbrica reversão/(despesas) de provisão no montante de R\$ 18.943 (30 de junho de 2020 – R\$ 25.260) e registrado na rúbrica de contribuição social, o montante de R\$ 26.260 (30 de junho de 2020 – R\$ 29.551).

A Administração do Grupo avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos, tais como de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados, responsabilidade subsidiária/solidária e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 68.069 (2020 - R\$ 67.658) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 37.962 (2020 – R\$ 37.962).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 617.507 (2020 - R\$ 585.753) e à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, totalizando o montante de R\$ 29.133 (2020 – R\$ 28.967).

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

O Grupo tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributárias		
IOF (i)	782.469	778.190
IRPJ/CSLL (ii)	422.594	419.454
ISS (iii)	420.305	385.945
PIS/COFINS (iv)	11.268	11.191
Outros	114.563	103.039
	<u>1.751.199</u>	<u>1.697.819</u>
Cíveis		
Ações revisionais	5.783	5.882
	<u>5.783</u>	<u>5.882</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Refere-se principalmente a discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

(iv) Discussão sobre a cobrança de PIS relacionado ao período de dezembro de 2002 a janeiro de 2010 e discussão acerca da cobrança de PIS e COFINS decorrente de dedução de despesas operacionais do Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio LTDA.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Sociais e estatutárias (Nota 17)	-	101.668
Impostos e contribuições a pagar	646.760	464.428
Resultado de exercícios futuros	92.906	100.318
Recursos de consorciados - grupos encerrados	132.068	136.211
Contas a pagar	80.757	116.989
Contratos de financiamentos a pagar	56.962	125.739
Recebimentos em trânsito a processar	53.435	19.690
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9.354	990
Outros	33.469	40.830
Total	<u>1.105.711</u>	<u>1.106.863</u>
Circulante	<u>1.045.002</u>	<u>979.869</u>
Não circulante	<u>60.709</u>	<u>126.994</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2020 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima ao montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Em virtude do limite estabelecido no art.199 da Lei nº 6.404, em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de março de 2021, a administração do Banco propôs a distribuição de dividendos adicionais, mediante a utilização de Reservas Especiais de Lucros, no montante de R\$ 291.000. A distribuição foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária e solicitada autorização ao pagamento ao Dereg - Departamento de Regulação Prudencial e Cambial. O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021;

Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2021, foi deliberado a distribuição de dividendos, relativo ao ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 120.000 O pagamento foi realizado no primeiro semestre de 2021.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

18. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas do Banco para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerador		
Lucro líquido do semestre	236.426	106.664
Denominador		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	0,76	0,34

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os ativos fiscais diferidos do Grupo foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, no valor de R\$ 1.466.991 (2020 - R\$ 1.442.306), relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 897.169 (2020 – R\$ 862.015) e contingências no montante de R\$ 233.319 (2020 – R\$ 256.652), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização. O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 169.037 (2020 – R\$ 169.380) e referem-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 162.348 (2020 – R\$ 151.420) e de superveniência de depreciação R\$ 16.725 (2020 – R\$ 17.082), com prazo de realização em 2026.

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	<u>De 2021</u>				<u>De 2026</u>	
	<u>a 2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>a 2031</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	176.810	340.757	27.677	29.348	892.399	1.466.991

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos ativos fiscais diferidos de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos ativos fiscais diferidos no período totaliza R\$ 1.159.067 (2020 - R\$ 1.204.826) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	Ativos fiscais diferidos			Passivos fiscais diferidos		
	<u>2021</u>		<u>2020</u>	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>	<u>Exercício</u>
Saldo inicial	1.442.306	1.122.199	1.122.198	169.380	157.909	157.909
Constituição	334.131	323.455	794.459	123.276	25.853	49.434
Realização	(309.446)	(130.212)	(474.351)	(123.619)	(16.165)	(37.963)
Saldo final	<u>1.466.991</u>	<u>1.315.442</u>	<u>1.442.306</u>	<u>169.037</u>	<u>167.597</u>	<u>169.380</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	422.233	161.258
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(180.865)	(61.505)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes	(4.691)	(5.787)
Deduções incentivo fiscal	-	2.165
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	-	12.804
Outros	(251)	(2.271)
Imposto de renda e contribuição social nos semestres	<u>(185.807)</u>	<u>(54.594)</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31 de dezembro</u>		<u>30 de junho</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Ativo		Receita	
	(Passivo)		(Despesa)	
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(25.426)	(21.404)	(313)	(185)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(53.146)	(35.342)	(541)	(220)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(925)	(2.257)	(19)	(83)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(12.955)	(15.980)	(182)	(122)
Volkswagen Participações Ltda.				
Operação de crédito	109.855	107.449	2.407	-
Depósitos a prazo	(1.198.487)	(680.302)	(11.740)	(7.475)
Sociais e estatutárias	-	(101.668)	-	-
Contas a pagar	(14.072)	(23.929)	-	-
Contas a receber	-	5.511	67	93
Outras despesas administrativas	-	-	(86.247)	(85.509)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(176.408)	(176.826)	(1.293)	(1.939)
Operação de crédito	66.982	152.976	2.481	148
Títulos e créditos a receber	8.715	-	21	-
Contas a receber	138.889	139.594	-	2.572
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(1.383.597)	(2.029.425)	(15.259)	(42.414)
Letras financeiras subordinadas	(2.024.868)	(1.992.001)	(89.978)	(88.672)
Contas a receber – valores a ressarcir	13.838	17.037	85.290	129.580
Arrendamento mercantil financeiro	1.677	-	36	-

Banco Volkswagen S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais

	31 de dezembro		30 de junho	
	2021	2020	2021	2020
	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(2.076.698)	(1.083.972)	(15.164)	(12.670)
Contas a receber – valores a ressarcir	477	477	258	1.760
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(10.074)	-	(74)	-
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(441.763)	-	(3.687)	-
Contas a receber – valores a ressarcir	147	342	1.543	2.162
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a receber – valores a ressarcir	347	347	-	-
VW FS Digital Solutions GMBH				
Contas a pagar	(2.711)	(1.809)	(9.934)	(327)
Contas a receber	2.680	-	871	-
VW Software Asset Management Gmhb				
Contas a pagar	(490)	-	(991)	-
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda.				
Contas a receber – valores a ressarcir	223	118	501	362

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	6.267	7.281
Benefícios pós-emprego	102	104
Outros benefícios de longo prazo	293	492
	<u>6.662</u>	<u>7.877</u>

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

21. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 30 de junho de 2021		Em 31 de dezembro de 2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.136.808	1.136.808	1.708.866	1.708.866
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	156.965	156.965	175.790	175.790
Instrumentos financeiros derivativos (i)	27.944	27.944	787	787
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	19.640.018	18.541.437	17.760.575	17.514.606
Outros ativos	344.735	344.735	207.916	207.916
Total de ativos financeiros	21.306.470	20.207.889	19.853.934	19.607.965
Recursos de instituição financeira (ii)	2.643.827	2.643.827	2.879.125	2.879.125
Recursos de clientes (iii)	7.869.704	7.869.704	6.978.181	6.978.181
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	7.145.251	7.145.251	5.788.972	5.788.972
Instrumentos financeiros derivativos (i)	2.946	2.946	22.805	22.805
Dívidas subordinadas (iv)	2.024.868	1.877.306	1.992.001	1.611.709
Outros passivos (v)	447.693	447.693	794.628	794.628
Total de passivos financeiros	20.134.289	19.986.727	18.455.712	18.075.420

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pelo Grupo em operações similares.

ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros do Grupo, mensurados ao valor justo:

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	Em 30 de junho de 2021				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.136.403	1.136.403	-	-	1.136.403
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	156.965	156.965	-	-	156.965
Instrumentos financeiros derivativos	27.944	-	27.944	-	27.944
Total de ativos financeiros	1.321.312	1.293.368	27.944	-	1.321.312
Instrumentos financeiros derivativos	2.946	-	2.946	-	2.946
Total de passivos financeiros	2.946	-	2.946	-	2.946
	Em 31 de dezembro de 2020				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.708.550	1.708.550	-	-	1.708.550
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	175.790	175.789	-	-	175.790
Instrumentos financeiros derivativos	787	-	787	-	787
Total de ativos financeiros	1.885.127	1.884.339	787	-	1.885.127
Instrumentos financeiros derivativos	22.805	-	22.805	-	22.805
Total de passivos financeiros	22.805	-	22.805	-	22.805

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, o Grupo possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, o Grupo estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. O Grupo captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – Risco de Taxa de Juros: define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados do Banco, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental – define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais o Banco assuma substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013 e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

	2021	2020
Total do patrimônio de referência - PR ⁽¹⁾	3.210.404	3.448.537
Nível I	2.542.779	2.730.661
Capital principal	2.542.779	2.730.661
Patrimônio líquido	2.701.744	2.878.337
Ajustes prudenciais	(158.965)	(147.676)
Nível II	667.625	717.876
Instrumentos de dívida subordinada	667.625	717.876
Ativos ponderados pelo risco – RWA	21.216.832	19.488.139
Risco de crédito por abordagem padronizada - RWAcpad ⁽²⁾	19.975.033	18.291.891
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa - RWAopad ⁽³⁾	1.241.799	1.196.248
Índice de Basileia – Total	15,13%	17,70%
Capital nível I	11,98%	14,01%
Capital principal	11,98%	14,01%
Capital nível II	3,15%	3,69%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.192/13;

(2) Conforme Circular BACEN nº 3.644/13;

(3) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 9,625% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 6,125% entre o capital principal e o RWA, e de 7,625% entre o nível I do PR e o RWA para o semestre encerrado em 30 de junho 2021.

O índice de Basileia foi de 15,1% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 12,0% em 30 de junho de 2021.

(c) Outras despesas administrativas

	2021	2020
Despesas com serviços especializados	137.842	126.247
Despesas com registro de contrato	24.965	22.208
Despesas com publicidade	1.552	1.530
Despesas com depreciação e amortização	2.037	3.418
Despesas de comunicação e manutenção	3.472	3.397
Outras despesas administrativas	2.519	4.285
	172.387	161.085

Notas explicativas da administração às demonstrações consolidadas financeiras do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

(d) Outras receitas operacionais

	2021	2020
Reversão de provisões (i)	16.968	24.825
Multa penal compensatória	17.607	21.734
Recuperação de encargos e despesas (ii)	21.554	18.141
Variação monetária ativa	9.894	13.628
Taxa de permanência	16.689	11.943
Outras receitas operacionais	7.921	10.115
	<u>90.633</u>	<u>100.386</u>

(i) refere-se, principalmente, à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(ii) refere-se, a reversão de provisões ativas.

(e) Outras despesas operacionais

	2021	2020
Despesas com descontos concedidos	191.059	86.723
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	145.641	105.253
Despesas com provisões operacionais (ii)	2.954	3.955
Despesas de obrigações por cotas de fundos de	2.710	14.544
Despesas com busca e apreensão	35.489	20.210
Outras despesas operacionais	39.070	35.168
	<u>416.923</u>	<u>265.853</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, dos semestres findos em 30 de junho de 2021 e de 2020. Detalhamos abaixo:

	2021	2020
Resultado recorrente	267.673	362.912
Resultado não recorrente	(31.247)	(256.248)
Provisão para devedores duvidosos (i)	(31.247)	(256.248)
Lucro líquido dos semestres	<u>236.426</u>	<u>106.664</u>

(i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

(g) Receita de prestação de serviços

Refere-se à taxa de administração devida pelos participantes do consórcio.

(h) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(i) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pelo Banco, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2021 totaliza R\$ 8.710 (2020 - R\$ 8.601), cuja provisão é de R\$ 87 (2020 - R\$ 86), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Desde o primeiro semestre de 2020, períodos que vem se destacando por ser desafiador devido à pandemia causada pelo Covid-19, iniciada no final do primeiro trimestre. O Grupo, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de agosto de 2021, foi aprovado aumento de capital no Banco, com a capitalização da reserva especial de lucros no montante de R\$ 291.000, submetido à aprovação do Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

JÖRG MICHAEL PAPE

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0

*

*

*